



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680433 - SP (2021/0220652-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : MERHEJ NAJM NETO E OUTRO
ADVOGADOS : MERHEJ NAJM NETO - SP175970
DIOGO DE PAULA PAPEL - SP345748
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : ROGERIO DOS SANTOS OLIVEIRA GREGORIO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROGERIO DOS SANTOS OLIVEIRA GREGORIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (N. 0002951-57.2009.4.03.6102/SP).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial semiaberto e de 11 dias-multa, previstas no art. 273, §1º, §1º-A §1º-B, I e V, do Código Penal, aplicando o preceito secundário do art. 33, *caput*, da Lei n.11.343/2006.

O impetrante sustenta que o réu faz jus ao redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico privilegiado), pois é primário e não pertence a nenhuma organização criminosa.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão coator com a aplicação do redutor do § 4º do art. 33 em seu grau máximo e a fixação do regime inicial aberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg

no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente